

ATA N ° 02/ AM /2019

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE -----**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

**1. Expediente.-----**

**2. Atas. -----**

**3. Designação de cidadã(o) para a CPCJ de Santiago do Cacém.-----**

**PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----**

**---a) Compromissos plurianuais, pagamentos em atraso e recebimentos em atraso – Declarações – Dar conhecimento;-----**

**---b) Transferência de Competências para as Autarquias – Diplomas sectoriais. ----**

**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA. -----**

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Matos Cascão da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rui Manuel Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Emília Batista de Almeida, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Isabel Maria Borges Gonçalves Contento e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal,** Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Luis Filipe dos Santos e Jaime António Pereira Pires de Cáceres.-----

**Não compareceu o membro:** Hélder da Silva Pereira.-----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----**

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, submeteu a votação da Assembleia Municipal a **inclusão na Ordem do Dia** da seguinte Proposta da Câmara

Municipal: **“Empreitada de Requalificação da Av. Manuel da Fonseca, Zona Comercial do Centro Histórico e Zona Envolvente do Mercado Municipal – Compromissos plurianuais.”**-----

O resultado da votação foi o seguinte: Dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Cinco abstenções, sendo quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.-----

Sete votos contra, sendo seis dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e um do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.-----

**O assunto não foi incluído na Ordem do Dia**, porque não obteve a aprovação de dois terços dos membros da Assembleia Municipal, conforme o previsto no nº 2 do Artigo 50º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de dezembro.-----

#### **COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA – AÇÕES DESENVOLVIDAS – PONTO DE SITUAÇÃO**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que a Comissão de Saúde foi recebida na Assembleia da República, pelos Grupos Parlamentares do PS, PCP, Partido “Os Verdes” e PSD, aos quais tinha pedido audiências, para colocar os problemas nos Cuidados de Saúde no Município.-----

Acrescentou que a Comissão aguarda a resposta dos outros Grupos Parlamentares, informou que a Comissão pediu também uma audiência à Ordem dos Médicos.-----

Agradeceu ao Senhor Deputado na Assembleia da República e membro da Assembleia Municipal, Pedro do Ó Ramos, pela receção à Comissão e a visita guiada ao Parlamento.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos agradeceu a referência feita pela Senhora Presidente e o esforço da Comissão nas várias idas à Assembleia da República, para obter esclarecimentos e dar conhecimento das dificuldades no acesso à Saúde no Município e na região.-----

#### **DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 8 DE MARÇO – SAUDAÇÕES**-----

Pelo Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, foi apresentada a seguinte:-----

-----**“SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES**-----

O Bloco de Esquerda de Santiago do Cacém saúda todas as mulheres, cujo dia internacional ficou marcado na história a 8 de março, como forma de assinalar as muitas lutas importantes pelo direito ao trabalho com dignidade, à educação, ao voto, à liberdade de expressão, ao divórcio, à saúde e à liberdade sexual e reprodutiva, entre outros.-----

Há, hoje, graças à luta das mulheres, à democracia e a todos os que as apoiam, mais mulheres a trabalhar em todas as áreas e a acederem às mais altas qualificações profissionais e universitárias. Persistem, no entanto, as discriminações de género entre profissões: a dupla jornada de trabalho com as tarefas domésticas a recaírem, essencialmente, sobre as mulheres; as chefias maioritariamente masculinas e o desrespeito de grande parte das entidades patronais pela dupla condição de mãe/profissional. -----

As mulheres continuam a ser a maioria na precariedade, no desemprego e nos baixos salários. De acordo com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego há uma diferença salarial, em Portugal, de 15,8% entre homens e mulheres (dados de 2016). É como se as mulheres, ao final de um ano, recebessem zero euros por 58 dias de trabalho. Há hoje mais mulheres na política e com papel relevante na administração pública. Têm sido tomadas medidas por alguns Governos e pela Assembleia da República para reforçar a paridade entre homens e mulheres. Através de organizações não-governamentais ou agências do Estado são monitorizados indicadores de desigualdade e prestados apoios sociais, nomeadamente, às vítimas de violência doméstica. Porém, o caminho para a igualdade ainda é longo e as injustiças persistem. -----

A segurança das mulheres continua a estar em risco na nossa sociedade. Os crimes sexuais afetam principalmente as mulheres. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2017, 99,2% dos violadores são homens e 90,7% das vítimas são mulheres. Sendo preocupante o facto de, como revelam os dados do Ministério da Justiça relativos a 2016, apenas 37% dos condenados por crimes sexuais serem efetivamente presos. Neste ano de 2019 já foram assassinadas 11 mulheres em Portugal. Nos últimos 14 anos foram assassinadas 503 mulheres, conforme regista o Observatório das Mulheres Assassinadas/UMAR. -----

Contra essa violência extrema houve manifestações no dia 10 de fevereiro, em Lisboa, no dia 14 de fevereiro em várias cidades do país. Estão programados novos atos para 8 e 9 de março pelo fim da violência contra as mulheres. As lutas contra a opressão e a exploração das mulheres têm muitas vertentes: social, cultural, económica, política, e dizem respeito a toda a gente. Também por isso, haverá uma greve feminista no dia 8 de março dinamizada por vários coletivos, organizados na Rede 8 de março, com apoio de alguns sindicatos. Além da greve há uma manifestação no dia 8 para a qual estão a mobilizar vários coletivos e associações feministas. No dia 9 de março realiza-se a Manifestação Nacional de Mulheres, em Lisboa, organizada pelo MDM – Movimento Democrático de Mulheres, e a Manifestação Nós por Elas, contra a violência, em várias cidades. -----

Violência, diferença salarial, discriminações e assédios contra as mulheres, nada nos pode deixar indiferentes. -----

Nesta Assembleia Municipal saudamos todas as conquistas das Mulheres e todas as iniciativas realizadas no âmbito da comemoração do 8 de março, comprometendo-nos com a defesa da igualdade entre homens e mulheres como trave fundamental de uma sociedade que se quer cada vez mais livre e justa.” -----

**Pela Senhora Adelaide de Lemos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação: -----**

**“DIA INTERNACIONAL DA MULHER – SAUDAÇÃO -----**

As mulheres celebram no dia 8 de março o Dia Internacional da Mulher, entrelaçando o passado e o presente, revitalizando a sua história e o seu papel ímpar na luta pela igualdade, pelos direitos e pela dignificação das mulheres.-----

Nunca é demais trazer à memória as operárias têxteis de Nova Iorque e a sua luta sem tréguas pela redução do horário de trabalho, contra a discriminação salarial e a intensa exploração a que estavam sujeitas. A repressão foi violenta e levou à morte dezenas de operárias. O dia 8 de março passou a ser uma data de referência no mundo. -----

Não é demais lembrar quando pela primeira vez, em 1911, se fez uma manifestação de mulheres simultaneamente em vários países da Europa, contra as desigualdades, por melhores condições de trabalho e de vida. -----

Em Portugal a data começou a ser celebrada na clandestinidade no tempo do fascismo sob formas muito diversificadas. Com a Revolução de abril as comemorações do 8 de março são realizadas em liberdade e democracia. Tiveram um papel crucial na mobilização de largas camadas de mulheres em todo o país com as mais diversas iniciativas políticas, culturais, manifestação de rua, sempre ligadas aos problemas e vivências concretas das mulheres, uma data que atravessou fronteiras e galvanizou para a luta gerações de mulheres. -----

A ideologia dominante com todos os seus sofisticados meios e dispositivos mediáticos, procura subverter a história, desvirtuar o significado histórico do Dia Internacional da Mulher, contaminar as suas iniciativas com teias consumistas e alienantes, desviar as atenções das mulheres dos problemas que as afetam e perverter o sentido das suas lutas.

As Manifestações de Nacionais de Mulheres realizadas nos últimos anos, em Lisboa, trouxeram para a rua os problemas mais sentidos das nossas vidas e contribuíram para contrariar esta tendência de apagar páginas da nossa gloriosa história de mulheres aliada ao Dia Internacional da Mulher e afirmar a nossa recusa em aceitar os retrocessos, a mistificação e o medo. -----

No ano em que comemoramos os 45 anos da Revolução do 25 de Abril, recordamos o que representou para as mulheres portuguesas a revolução. Abriram-se as portas para a conquista de um lugar digno na sociedade, em igualdade de direitos com o homem e não numa mera posição subalterna. As medidas revolucionárias na área do trabalho, da segurança social, do direito da família, a criação de equipamentos sociais (creches, jardins de infância) de infraestruturas básicas (rede de água, esgotos, eletricidade), o alargamento e o reforço dos serviços públicos, tiveram repercussões imediatas nas suas vidas. -----

Nas ruas, a voz das Mulheres será ampliada. Nas ruas não se podem calar as nossas vozes, não serão silenciadas ou deturpadas pelas forças dominantes. Celebrar o 8 de março com a Manifestação, é ampliar a luta das mulheres, na exigência do cumprimento dos seus direitos e por uma verdadeira política de igualdade que materialize na prática a igualdade para todas e todos. -----

Assim, a CDU convida todas e todos a estarem presentes na Manifestação Nacional de Mulheres no dia 9 de março em Lisboa. -----

VIVA A LUTA DAS MULHERES PORTUGUESAS E DE TODO O MUNDO !”-----

### **RECOMENDAÇÃO À MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO**-----

Pela Senhora Susana Pádua, eleita do PS, foi feita uma Recomendação à Mesa da AM, no sentido de se avançar com a luta pela igualdade de género, passando das palavras aos atos, com a criação da figura de “Conselheira Municipal para Promoção da Igualdade de Género”. -----

A Senhora Presidente referiu que a Mesa tomava a devida nota desta Recomendação. ---

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referiu que só haveria igualdade quando não fosse necessário comemorar o Dia da Mulher.-----

Recordou o facto de ter sido publicada a localização de uma casa abrigo pela Câmara Municipal, considerando que situações deste tipo não podiam acontecer. -----  
Mais referiu que o que importava era alertar as mulheres, não para irem todas gritar para a Av. da Liberdade, no dia oito de março, mas sim, para gritarem quando estão a ser agredidas e denunciarem os agressores, para que quando as queixas cheguem aos tribunais haja testemunhas e provas das agressões, de forma a evitar que os mesmos sejam absolvidos ou condenados com penas leves. -----  
Referiu ainda que a violência doméstica é um crime público e que pode ser denunciado por quem tiver conhecimento da sua prática. Acrescentou que, por vezes, a polícia regista as queixas como agressão e não como violência doméstica. -----  
Acrescentou que as mulheres não devem esconder, durante anos, os maus tratos de que são vítimas, inventando desculpas para justificarem as marcas das agressões no seu corpo e desculpando os agressores. -----  
Mais referiu que as mulheres devem também ter consciência da violência no namoro, considerando que se deve começar a alertar para a questão da igualdade, desde o infantário. -----  
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que muitas situações não chegavam aos tribunais, por que as mulheres retiram as queixas. Acrescentou que se tratava também de uma questão de educação, e que apesar das muitas ações que se fazem nas escolas não tem sido possível terminar com esta situação. -----

#### **INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES NO MUNICÍPIO** -----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, questionou sobre o que estava a ser feito pela Câmara Municipal relativamente a questões concretas de integração de imigrantes no Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que era uma realidade o crescimento da imigração nalgumas regiões do País, como acontece no Município de Odemira, acrescentando que não tinha chegado à Câmara Municipal qualquer informação sobre a necessidade de intervenção neste âmbito, e que a Autarquia está atenta a este assunto. -----

Mais referiu que muitas empresas estão a recorrer à força de trabalho da imigração, devido à falta de mão de obra no País, em alguns setores da atividade económica. Acrescentou que a integração dos imigrantes no País está a ser acompanhada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) em coordenação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). -----

Informou ainda que a Câmara Municipal tem acompanhado também a questão dos refugiados, apoiando na sua instalação, como aconteceu, em Ermidas, numa ação conjunta com a Cruz Vermelha. -----

Mais informou que estas situações são também acompanhadas pela Rede Social do Município. -----

#### **CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM - PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES - ESPECTACULOS COM BANDAS DE MUSICA – HORÁRIO PROLONGADO.**

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, chamou a atenção para o exagero do alargamento do horário daqueles espetáculos, até às seis horas da manhã, prejudicando o descanso de quem reside nas imediações daquele Parque, acrescentando que àquela hora já só estão no local bêbados e drogados. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu a sua perplexidade relativamente à afirmação que foi feita sobre o estado de quem assiste àqueles espetáculos,

considerando que os pais dos jovens não gostariam de saber que os seus filhos eram classificados daquela forma só por ficarem até tarde nos espetáculos. -----

Acrescentou que a política da Câmara Municipal de apoio à Juventude tem vindo a crescer, e que a mesma é feita no sentido da responsabilização dos jovens pelas iniciativas que realizam, considerando que, salvo uma situação ou outra, têm corrido bem. -----

Mais referiu que admitia que aqueles espetáculos, tal como as feiras e outras iniciativas que têm lugar no Parque de Feiras e Exposições, possam causar incómodos aos moradores que residem nas suas imediações, acrescentando que estava em causa um número reduzido de atividades. -----

Concluiu, referindo que, se a Autarquia promove iniciativas é criticada, e se não o fizer também será criticada.-----

### **CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – OBRAS NA ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO MACEDO (ESPAM)**-----

O Senhor Francisco Pereira, eleito da CDU, questionou sobre o ponto de situação das obras a realizar naquela Escola.-----

O Senhor Presidente recordou que as obras da ESPAM eram da responsabilidade do Ministério da Educação, para as quais estava destinada uma verba de cerca de dois milhões e meio de euros.-----

Acrescentou que numa fase inicial das negociações sobre os fundos do Quadro Comunitário 2020, o Ministério da Educação pretendeu que as verbas alocadas às escolas secundárias passassem para os municípios, através das CIMs, e que estes assumissem as responsabilidades das obras em causa, o que foi contestado pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), tendo os cinco municípios que a constituem rejeitado, por unanimidade, assumir a responsabilidade das obras naquelas escolas.-----

Mais informou que, numa fase seguinte das negociações, foi colocada a questão da comparticipação dos municípios com cinquenta por cento do montante não participado pelos Fundos Comunitários, não se conhecendo qual o valor em causa, pelo que, a Câmara Municipal não podia assumir um encargo sem conhecer o valor estimado das obras, considerando que o Ministério da Educação devia ter avançado com o projeto das mesmas, no sentido de apurar aquele valor, porque se a obra custar quatro ou cinco milhões de euros, a comparticipação é bastante significativa, recordando que chegou a ser dito que aquelas obras podiam custar dez milhões de euros. -----

Referiu também que no decorrer da discussão sobre este assunto houve sempre uma postura de chantagem, com ameaças do desvio da verba existente para outra região, caso a CIMAL não aceitasse o que o Ministério da Educação pretendia.-----

Acrescentou que a CIMAL teve conhecimento, recentemente, através da CCDRA, que a verba de dois milhões e quinhentos mil euros que se destinava às obras daquela Escola, tinha, efetivamente, sido atribuída a outra região, o que considerou inaceitável, esperando que perante esta decisão do Ministério da Educação, a Assembleia Municipal se junte à Câmara Municipal, para, numa só voz, exigirem que a verba fique na região.

Mais informou que esta questão vai também ser debatida no âmbito da CIMAL. -----

Recordou ainda que tinha sido atribuído um milhão de euros dos Fundos Comunitários ao Município, para requalificação das escolas que são da sua responsabilidade, tendo a Câmara Municipal investido cerca de dois milhões de euros nas obras das EBs nº 3 e 4 de Santo André e na EB de Ermidas, para além das outras verbas que teve de despende na área da Educação. Acrescentou que ninguém está em condições de dar lições de

moral à Autarquia neste âmbito, e que o Governo tinha que assumir as suas responsabilidades nas obras da ESPAM, assim como noutras escolas secundárias, de outras localidades.-----

#### **POSTOS DA GNR NO MUNICÍPIO – FUNCIONAMENTO**-----

O Senhor João Guerreiro, eleito da CDU, questionou sobre a situação relativa ao horário de funcionamento dos postos da GNR de Ermidas Sado e de Alvalade, e do seu eventual encerramento.-----

O Senhor Presidente recordou que houve a intenção, por parte da Tutela, de reduzir o horário de funcionamento dos postos da GNR de Ermidas Sado e de Alvalade, contra o qual as autarquias e as populações daquelas freguesias se insurgiram, tendo, posteriormente, sido comunicado pelo Ministério da Administração Interna que aquela medida ia ser revertida.-----

Informou ainda que numa reunião no MAI, com o Senhor Secretário de Estado, no início do ano, para a qual convidou os senhores presidentes daquelas duas freguesias, foi garantido que aqueles postos não seriam encerrados, e que o horário não seria reduzido. Contudo, acrescentou que aqueles postos só contam com três efetivos, quando, anteriormente, dispunham de sete efetivos, porque alguns saíram do Município, no âmbito da modalidade naquela Força de Segurança. Pelo que, o serviço naquelas localidades estava a ser assegurado por agentes da Sede do Município e do Posto do Cercal, reduzindo os efetivos nestas localidades. Mais referiu que a resposta não é suficiente, o que faz com que muitas pessoas não apresentem queixas de algumas situações.-----

Acrescentou que a resolução do problema tinha a ver com uma questão de fundo que passava pelo reforço de agentes, relativamente ao qual não houve qualquer garantia por parte da Tutela.-----

Mais informou que foi alocada uma verba de quatrocentos mil euros, para remodelação das instalações que eram da Guarda Fiscal, em Santo André, para servirem de Posto da GNR, naquela Cidade. Acrescentou que as obras estão em fase de concurso e que poderão ficar concluídas até ao final do ano em curso.-----

#### **FREGUESIA DE CERCAL DO ALENTEJO – PROBLEMAS COM A DISTRIBUIÇÃO DO CORREIO**-----

O Senhor António Albino, eleito da CDU informou que, desde o mês de dezembro do ano transato, a distribuição do correio naquela Freguesia era um caos, tendo chegado à Junta de Freguesia muitas queixas de pessoas que não recebem as reformas ou as recebem com atrasos significativos. Mais informou que a empresa dos CTT tinha transferido os serviços para uma empresa Seguradora, a qual não presta este serviço em condições. Pelo que, solicitou a ajuda do Executivo Municipal para resolver esta situação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a situação de degradação daquele Serviço se manifestava em várias localidades do País, desde a privatização do mesmo, contra o qual se manifestou, bem como as populações, tendo, na altura, pedido uma reunião ao Conselho de Administração dos CTT sobre o assunto, o qual garantiu que, com aquela medida, os serviços de distribuição até iam melhorar, sendo que, o que veio a acontecer foi o encerramento de muitos postos de correio no País, com aquela empresa a passar o serviço para papelarias, juntas de freguesias, bombeiros e outras entidades.

Mais referiu que já foram apresentados projetos de lei na Assembleia da República no sentido dos correios voltarem à esfera pública, esperando que o Governo tenha sensibilidade e a coragem para reverter esta situação. -----

#### **TRAÇADO DO CAMINHO DE FERRO NO MUNICÍPIO** -----

O Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, questionou sobre o ponto de situação do traçado do caminho de ferro, dado que surgiram informações contraditórias sobre este assunto, não se sabendo se vai ser aproveitado o traçado existente ou se vai ser construído um novo traçado, solicitando à Câmara Municipal que mantivesse a opção pelo traçado existente, com a beneficiação do mesmo. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, para informar que este assunto já tinha sido colocado na Assembleia da República, tendo o Governo sido questionado sobre o mesmo, mas ainda não houve resposta.

Acrescentou que julgavam que este assunto estava encerrado, mas têm surgido rumores sobre o traçado que suscitam preocupação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento que tinha recebido, na semana em curso, um *mail* da Associação de Produtores Florestais, a alertar para as informações contraditórias sobre este assunto. Acrescentou que o anterior Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, numa apresentação sobre investimentos na ferrovia retomou a versão do traçado contestado pelas autarquias, sendo que, no *link* da empresa Infraestruturas de Portugal consta o traçado atual, relativamente ao qual houve o compromisso daquela empresa de iniciar as obras até ao final do ano transato, sendo que, o projeto de requalificação do mesmo ainda não está concluído. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal está atenta a este assunto e que, se houver a intenção de mudar o traçado, conta com a Assembleia Municipal para contestar essa decisão, como aconteceu no passado, por se trata de um erro grave, sendo que, o mais prejudicado seria o Município de Santiago do Cacém. -----

#### **OBRAS NO MURO DO TÚNEL NA EM 548** -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos solicitou informação sobre as obras de reconstrução do muro, de suporte daquele túnel, dado que, depois de uma primeira intervenção para sustentação das terras, não viu qualquer evolução das obras. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a empresa Infraestruturas de Portugal fez uma primeira intervenção para garantir a segurança naquele local, e que os trabalhos de reconstrução do muro vão prosseguir na próxima semana, o que obrigará ao encerramento temporário da EM 548. -----

#### **HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO (HLA) – RECURSOS HUMANOS** ---

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que terão havido, recentemente, mudanças a nível da Administração daquela Unidade de Saúde, questionando se a Câmara Municipal tem acompanhado esta situação e eventuais diligências que tenham sido feitas para a resolução do problema de falta de recursos humanos naquele Hospital. -----

O Senhor Presidente referiu que não lhe foi comunicada qualquer alteração na Administração daquela Unidade de Saúde, e acrescentou que a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar a situação do Hospital. -----



A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que também lhe constou, havia cerca de quinze dias, que tinha havido alterações na composição do Conselho de Administração daquela ULS, o que não conseguiu confirmar. -----

#### **REQUERIMENTOS – RESPOSTAS** -----

O Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, referiu que, na Sessão Ordinária de dezembro, tinha colocado um conjunto de perguntas sobre o Aterro Sanitário, requerendo uma resposta às mesmas, a qual ainda não tinha recebido, acrescentando que também solicitara uma cópia do projeto de requalificação do Bairro do Pinhal. -----

O Senhor Presidente informou que, na sequência do Requerimento recebido, contactou o Diretor Executivo da empresa Águas de Santo André, solicitando informações sobre as questões colocadas, tendo dado instruções aos Serviços para enviar a resposta. -----

Mais informou que foram dadas instruções aos serviços municipais respetivos para prepararem as respostas ao requerido. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a carta que tinha acabado de ser entregue ao eleito, na presente reunião, continha a resposta da Câmara Municipal relativa ao Aterro Sanitário, com os esclarecimentos solicitados. -----

Mais informou que irá solicitar à empresa Águas de Santo André uma visita dos membros da Assembleia Municipal àquele Aterro Sanitário. -----

#### **ORDEM DO DIA:** -----

##### **---1. Expediente.** -----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro a fevereiro de dois mil e dezanove, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

##### **---2. Atas** -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 06**, da Sessão Ordinária de sete de dezembro de dois mil e dezoito. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **Ata** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Os senhores António Albino e Francisco Lobo de Vasconcellos não votaram por não terem estado presentes na reunião. -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 01**, da Sessão Extraordinária de vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **Ata** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Os senhores Pedro do Ó Ramos, Rui Vieira, Maria Emília Almeida e Carlos Parreira, não votaram por não terem estado presentes na reunião. -----

##### **3. Designação de cidadã(o) para a CPCJ de Santiago do Cacém.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, apresentou a seguinte **“PROPOSTA: Designar a cidadã ELISABETE MARIA MATOS DO VALE, natural e residente no Município de Santiago do Cacém, nascida em 29 de março de 1984, e Licenciada em Psicologia da Educação e da Reabilitação, para a**

**Comissão Alargada da CPCJ de Santiago do Cacém, em conformidade com o previsto na alínea l do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro.**-----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, **por voto secreto.**-----

**A proposta foi aprovada,** com vinte e um votos a favor, sete votos brancos, e zero votos nulos. -----

#### ----- **“4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

--- **a) Compromissos plurianuais, pagamentos em atraso e recebimentos em atraso – Declarações – Dar conhecimento;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, para “**DAR CONHECIMENTO** de todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018.\* -----

**FUNDAMENTOS:** alínea a) e b) do nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março e artº 17 do Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 99/2015, de 2 de junho.” -----

. \* documentos que são dados como reproduzidos na presente Ata, com o número dois, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

-----  
--- **b) Transferência de Competências para as Autarquias – Diplomas sectoriais;**----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: UM:** submeter a deliberação da Assembleia Municipal a rejeição, reafirmando a deliberação legalmente adotada em 13 de setembro de 2018, a assunção, em 2019 e em 2020, das competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais, a saber: -----

**a) Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro,** que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos;-----

**b) Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro,** que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais, no domínio da educação; -----

**c) Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro,** que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura; -----

**DOIS:** Comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais a presente deliberação.-----

**TRÊS:** Reclamar: -----

- da Assembleia da República que delibere no processo de apreciação parlamentar já requerido a cessação de vigência destes diplomas;-----

- o início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;-----

- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;-----

- o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos; -----

- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado

(designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza. -----

**FUNDAMENTOS DE FACTO: UM:** A Lei da transferência de competências para as autarquias (Lei n.º 50/2018, de 18 de agosto) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 51/2018, de 18 de agosto), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações. -----

**DOIS:** Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Presidente da República referenciou: -----

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central; -----
  - o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; -----
  - a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais; -----
  - a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas; -----
  - o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. -----
- Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei. -----

**TRÊS:** Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local. -

**QUATRO:** O carácter atrabiliário que rodeou o processo que conduziu à Lei n.º 50/2018, a começar nas incongruências do texto da Lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019 no qual foram rejeitadas propostas essenciais à concretização da transferência de competências. -----

**CINCO:** Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justifica que o município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros. -----

**SEIS:** A Lei n.º 50/2018, prevê que os termos concretos da transferência em cada área resultarão de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros. -----

**SETE:** Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à Direção Geral das Autarquias Locais nos seguintes termos: Até 15 de setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019 e até 30 de junho de 2019, as

autarquias que não pretendam a transferência em 2020. A partir de 1 de janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências. -----

**OITO:** Vários municípios deliberaram atempadamente nos termos previstos na Lei, aliás os únicos em vigor. As pressões então dirigidas sobre as autarquias, invocando interpretações abusivas da legislação ou dando como inútil as deliberações que a própria Lei estabelecia levou a que muitos municípios, mesmo os que afirmavam discordância com a transferência de competência se acomodaram à operação desencadeada pelo Ministério da Administração Interna, tivessem decidido não se pronunciar. -----

**NOVE:** A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assunção a partir de 1 de janeiro de 2019, das novas competências. -----

**DEZ:** Foi isto que o Município de Santiago do Cacém, responsabilmente fez. A justeza da decisão é aliás confirmada pelos desenvolvimentos do processo designadamente com a publicação dos diplomas sectoriais. -----

**ONZE:** Na verdade estes diplomas subvertem prazos legais, confundem datas de entrada em vigor (em que são omissos) com produção de efeitos. -----

**DOZE:** Entretanto a própria natureza dos diplomas sectoriais e a sua redação recomendam que, sem prejuízo da deliberação adotada em setembro passado, se confirme de novo – agora já não apenas referente à recusa de assunção das competências em 2019, mas também para 2020 – a clara posição deste município face a este processo.

**FUNDAMENTOS DE DIREITO: UM:** De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro; -----

**DOIS:** De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; -----

**TRÊS:** De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS, referindo que tinha uma leitura diferente sobre o processo de transferência de competências, acrescentando que muitos municípios votaram a favor da aceitação das competências em causa, como foram os casos do Município de Ourique e do Município do Montijo, e outros aceitaram parte das mesmas, sendo que, foram cento e setenta e quatro municípios que aceitaram competências, uns mais e outros menos, e que era pena que o Município de Santiago do Cacém tivesse uma atitude tão ideológica sobre alguns domínios da transferência de competências. -----

Mais referiu que no referente ao setor da Educação, lamentava que o Município de Santiago do Cacém tivesse perdido noventa e dois e meio por cento da verba prevista para as obras da Escola Secundária Padre António Macedo (ESPAM), ou seja, oitenta e cinco por cento dos Fundos Comunitários, mais sete e meio por cento da Administração Central, relativa à verba não comparticipada pelos FC. -----

Acrescentou que as regras das candidaturas para as escolas tinham sido definidas pelo Governo anterior, as quais determinavam que só os municípios é que as podiam apresentar, sendo que, foram vários os municípios, de norte a sul do País, governados por diferentes forças políticas, que optaram por apresentar candidaturas, para melhorar as condições nas suas escolas, investindo nomeadamente na climatização, laboratórios e

bibliotecas, embora alguns municípios do PS não o tenham feito, como foi o caso daqueles que integram a CIMAL.-----

Referiu também que o Município, ao não aceitar competências na área da Educação, perderá uma verba de vinte mil euros prevista para cada edifício escolar, ou seja, um total de cento e vinte mil euros.-----

Acrescentou que, no que respeitava às transferências na área da Cultura, das quatro alíneas previstas só duas competências passavam para a Câmara Municipal, uma das quais o Castelo, o qual tinha lá dentro o Cemitério, pelo que, não se podia fazer quase nada naquele local.-----

Mais referiu que os municípios já desenvolvem muitas das ações previstas no âmbito das competências a transferir, não percebendo o que custaria à Câmara Municipal assumir as mesmas, perdendo assim o Município a oportunidade de dar uma resposta mais positiva aos seus munícipes ao nível da Educação, Cultura e Saúde, pelo que, não podia estar de acordo com a posição da Câmara Municipal sobre este assunto.-----

Referiu ainda que, no âmbito do processo da transferência de competências, está prevista uma Comissão de Acompanhamento para aferir se as mesmas se ajustam ao Município, a qual será extinta, em dois mil e vinte e um, quando a Câmara Municipal terá que assumir as competências.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referindo que defendiam, cada vez mais, a descentralização de competências para as autarquias, tendo em conta a maior proximidade das mesmas às populações, através de um processo simples e com regras claras e perceptíveis para todos. Acrescentou que no processo em curso sobre esta matéria parece que existem algumas questões que não foram devidamente acauteladas, nomeadamente a definição da atribuição das verbas correspondentes às competências a transferir, embora nalguns setores, como na Educação, venha mais detalhado. Pelo que, percebia as reservas das autarquias, considerando muito preocupante o facto de ter sido retirado da Lei das Finanças Locais o artigo sobre o Fundo para a transferência de competências.-----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, começando por referir que também eram a favor da descentralização de competências, tendo em conta que quem está no terreno conhece melhor as situações, e são mais rápidas as decisões. No entanto, consideravam que as transferências devem ser acompanhadas pelas verbas que são necessárias ao desempenho das mesmas.-----

Acrescentou que o que tem observado nos processos de transferência de competências, nomeadamente na área da Educação, para além do que já tinha sido mencionado, levava a que se colocasse ao lado da CDU no referente à questão dos assistentes operacionais, os quais ganham somente três ou quatro horas e estão ocupados o dia inteiro, para não falar na precariedade dos professores e de outros profissionais, concluindo assim que o Governo não se importava com a precariedade, desde que sejam os municípios a assumir, por não receberem as verbas necessárias para o evitar.-----

Mais referiu que havia partidos que gostavam de privatizar, devido à sua ideologia, abrindo esta possibilidade, como aconteceu com algumas câmaras municipais e juntas de freguesia que transferiram as competências que protocolaram com o Ministério da Educação, havia alguns anos, para entidades privadas, as quais contratam professores precários e a falsos recibos verdes, bem como pessoal administrativo, e não lhes pagam, nem subsídio de férias, nem subsídio de Natal, sendo que, desta forma o Estado subsidia privados que fomentam uma imensa precariedade, considerando que o PS, em termos de Governo, devia ter em conta esta situação.-----

Concluiu, referindo que, existindo já esta prática, em municípios governados por eleitos do PS e também do PSD e CDS, a qual nem sabe como qualificar, nada garante que a mesma não se vai repetir no futuro. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que esta situação resultava da má gestão de algumas câmaras municipais e juntas de freguesias, acrescentando que o que as autarquias deviam fazer era delegar aquelas competências nos agrupamentos de escolas, como alguns municípios fizeram.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a CDU era favorável à descentralização de competências para a Administração Local, com o qual parece que todos estavam de acordo, sendo que, a questão que os dividia era a forma como a mesma estava a ser feita. -----

Acrescentou que no processo negocial entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo tinha existido unanimidade, com cedências de uns e de outros, até que, em agosto do ano transato, no último Conselho Diretivo daquela Associação, houve um volte face nas negociações, o que fez com que, pela primeira vez, a CDU votasse contra, tendo as autarquias governadas pelo PS e pelo PSD votado de forma diferente, com o intuito de obterem mais algumas verbas, dado que, se o processo não fosse aprovado, em tempo útil, as mesmas não seriam consideradas na Lei das Finanças Locais que entrou em vigor no dia um de janeiro, como se este fosse um problema, quando, desde dois mil e sete, os sucessivos governos não cumpriram com a Lei das Finanças Locais. -----

Mais referiu que cento e setenta e quatro municípios não aceitaram as transferências, na íntegra, e cento e trinta e quatro rejeitaram integralmente as transferências, acrescentando que a CDU só governava vinte e quatro municípios, pelo que, foram também outras forças políticas que não as aceitaram. -----

Referiu ainda que o exemplo da ESPAM foi, uma vez mais, mencionado, lembrando que, durante anos, o Governo nunca teve dinheiro para fazer obras e agora pretende passar esta responsabilidade para a Autarquia, considerando que é de questionar se vai haver verba para o efeito. -----

Mais informou que tinha colocado ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local a questão do financiamento das ações que constam nas transferências, o qual respondeu que estava previsto o financiamento direto para a Saúde e Educação, de acordo com os rácios instituídos, o que era manifestamente insuficiente, e que as ações das outras vinte e uma áreas terão que gerar receitas. -----

Referiu também que a Câmara Municipal se orgulhava de não ter trabalhadores precários desde dois mil e treze, sendo que, ao aceitar as transferências teria de recorrer ao trabalho precário. -----

Acrescentou que a aceitação da transferência de competências na área da Educação obrigaria também a uma alteração da estrutura intermédia da Câmara Municipal, dado que seriam transferidos mais duzentos e vinte trabalhadores, não existindo financiamento para a criação da mesma.-----

Referiu ainda que a Câmara Municipal teria que retirar mais dinheiro do seu Orçamento para assumir as competências que a Administração Central estava a empurrar para as autarquias, considerando que o que o Senhor Manuel Mourão dissera era pura demagogia, porque sabia como as coisas funcionam na área da Educação. -----

Relativamente à verba de vinte mil euros, por escola, a transferir para as autarquias, para conservação, considerou que se tratava de uma verba insuficiente para o efeito, considerando que o Ministério da Educação podia transferir estas verbas diretamente para os agrupamentos. -----

Recordou ainda que, aquando da transferência da competência dos transportes escolares para as autarquias, havia vinte anos, a mesma veio acompanhada de uma verba, a qual, mais tarde, foi incluída no âmbito do Orçamento do Estado, sendo que, o Município investe anualmente seiscentos mil euros nesta ação.-----

Sobre a área da Cultura, esclareceu que o Castelo não era só a questão do Cemitério que estava no seu interior, informando que, havia anos, que a Câmara Municipal vinha colocando à Direção Regional de Cultura a necessidade de uma intervenção nas muralhas do mesmo, sendo que, este organismo nunca teve verba para o efeito, e agora a Câmara Municipal teria que o fazer, sem que tenha sido indicada qualquer transferência de verba para esta e outras ações, pelo que, considerou que se tratava de mais um logro deste processo.-----

Concluiu, referindo que outra questão importante tinha a ver com o Fundo Financeiro para a Descentralização, o qual foi reprovado pela Assembleia da República no âmbito da aprovação do Orçamento do Estado, tendo o Secretário de Estado da Administração Local informado que as verbas saíam da dotação de cada Ministério, não se sabendo como, porque os decretos de lei nada dizem sobre esta matéria.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor**, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira. -----

Cinco abstenções, sendo quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Seis votos contra dos eleitos do PS, Senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva. -----

**JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto:** -----

**“Assunto: Transferência de Competências.**-----

De novo se vem submeter à Assembleia Municipal que delibere sobre a rejeição das competências, agora transferidas pelos Decretos-Lei 20/2019, 21/2019 e 22/2019, todos de 30 de janeiro, quer no concerne a proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, quer no domínio da educação e da cultura, sendo utilizados os mesmíssimos fundamentos que presidiram à rejeição de anteriores transferências de competências, proposta em Assembleias anteriores.-----

O Partido socialista mantém a mesma opinião: de que muitas das competências ora a transferir se enquadram nas áreas já implementadas pelas autarquias e, cujo acréscimo, para além de obrigar a uma melhor administração nessas áreas, não irá acarretar custos aviltados para o município. -----

E, ao submeter à Assembleia Municipal a tomada dessa deliberação, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém volta a fazê-lo sem qualquer suporte documental ou numérico que permitisse aos membros deste órgão uma decisão justa, equilibrada e equitativa no que tange as várias áreas de competências, muitas das quais a Câmara já exerce. -----

Na verdade se, de acordo com a proposta submetida à Assembleia Municipal “a identificação do domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza”, não menos certo é que se pretende “deter as competências embora de forma menos responsável para que a Câmara e o seu Executivo Camarário se possa, caso a caso, desresponsabilizar invocando que não lhe compete esta ou aquela área mais complicada”.-----

Afinal pretende-se descentralizar ou não?-----

Creemos que será óbvio que, o Estado, ao transferir as competências identificadas na Lei nº 50/2018 de 16 de agosto e a sua concretização através dos Decretos-Lei subjudice não se desobrigará da transferência do chamado “envelope financeiro” caso a caso, o que poderá contribuir para uma melhor superação das dificuldades sentidas pelos munícipes na sua concreta região e em áreas em que o conhecimento das Câmaras supera, em muito, o conhecimento dos Ministérios e do Estado. -----

Aliás, uma das competências que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém deveria ter, desde logo, abraçado, na salvaguarda do interesse público e dos seus munícipes, teria sido a transferência no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários, tendo em conta, como reza o diploma, que “A proteção civil, sendo um domínio com especial impacto nas populações locais, carece, por questões de eficiência e eficácia, de uma intervenção mais aprofundada por parte das entidades que mais próximas estão das populações” -Decreto-Lei nº 103/2018 de 29 de novembro. -----

O Governo entendeu e bem, na nossa ótica, que as autarquias locais poderão ter um papel mais participativo no apoio aos bombeiros, tendo 74,5% das autarquias já aceiteado esta transferência de competências a nível nacional.-----

Ora, é consabido que A Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Santiago do Cacém está a passar por uma grave crise, não só financeira, neste momento, pondo em causa o seu objeto e a sua função, sem quaisquer meios humanos, materiais e financeiros que lhe permitam realizar os fins para que foi criada (o que é inteiramente do conhecimento do Executivo Camarário) o que coloca a população deste Concelho numa situação de desproteção e de risco, quer no dia a dia das suas necessidades, quer num eventual cataclismo, que obrigue a que seja acionada a proteção civil, pela qual é responsável o Presidente da Câmara.-----

Acresce que, nas novas transferências de competências, ora propostas, são os órgãos municipais os que estão mais perto das populações e já exercem muitas delas, no que à proteção e saúde animal e segurança de alimentos, educação e cultura, concerne.-----

Uma vez mais a palavra de ordem foi – Rejeite-se!-----

Gostaríamos pois que o Executivo Camarário nos tivesse proporcionado uma visão mais consentânea com a realidade das populações e com a realidade do que já é feito pela Câmara e dos custos do que de novo poderá fazer para alargar e assumir algumas das competências que lhe são propostas, obviamente com algum esforço, que decerto todos compreenderíamos e que louvaríamos. -----



A nível nacional o que poderemos dizer das 173 câmaras municipais que aceitaram a transferência de competências em 2019, no âmbito da descentralização para as autarquias e entidades intermunicipais, é que 69 assumem as primeiras nove atribuições, o que representa 39,8% do total. -----

De acordo com a análise da agência Lusa aos dados, 173 autarquias assumem competências em 2019, mas apenas 69 aceitaram aquelas nove atribuições, o que representa quase 40% (39,8%) do total. -----

Analisando por competências, das 173 câmaras, 157 assumem em 2019 a atribuição relativa ao património imobiliário (90,7%), 136 a das estruturas de atendimento ao cidadão (78,6%), 132 a das praias (76,3%), 129 a relativa aos bombeiros (74,5%), 123 a da exploração dos jogos de fortuna ou azar (71%), 109 a da habitação (63%), 107 a da justiça (61,8%) e 105 a competência das vias de comunicação (60,6%). -----

Em 01 de fevereiro, o Ministério da Administração Interna revelou que cerca de 180 municípios aceitaram a transferência de competências da administração central em 2019, segundo dados preliminares das comunicações à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). -----

“No âmbito do processo de descentralização de competências, é já possível confirmar que cerca de 2/3 dos municípios aderiram a esta reforma em 2019”, salienta nota governamental. -----

Porém e no que concerne o Município de Santiago do Cacém, nenhuma das competências já transferidas e publicadas em Diário da República foi ou pretende ser aceite, isto é, foi “liminarmente rejeitada”. -----

Assim, só nos cabe, de novo, lamentar o desperdício dos próximos anos – 2019 e 2020 – que poderiam ser úteis, nalgumas áreas, para aferir da justeza da intenção subjacente à Lei Quadro, de concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. -----

Pelo acima exposto, a bancada do Partido Socialista vota contra esta proposta de rejeição das competências transferidas por via dos decretos-lei 20/2019, 21/2019 e 22/2019 de 30 de janeiro”. -----

## 5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de 2018, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e duas horas. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

---

---

---